

4 Jornalismo cidadão

“A globalização transformou a informação em uma arma”.

(Antoun e Malini)

O dia 11 de setembro de 2001 ficou marcado para sempre na história como um colapso informacional. O mundo inteiro aguardava respostas, enquanto o poderio estadunidense era posto à prova por forças terroristas que estavam atacando, naquele momento, o World Trade Center e outros símbolos da grandeza dos Estados Unidos. Nesse cenário caótico, os jornalistas tentavam fornecer alguma explicação para pessoas de todas as partes do globo, que não apenas estavam em choque com o que acabara de acontecer, mas também temiam o que ainda poderia ocorrer, na sequência, e buscavam saber como se proteger. Por isso, os sites mais procurados ficaram congestionados, o que fez com que muitos recorressem a outras fontes, como blogs e fóruns virtuais. Segundo Moretzsohn (2006:67), foi nesse momento que se iniciou a proliferação do “jornalismo do faça você mesmo”.

A partir desse marco histórico, tornaram-se, de fato, práticas mais corriqueiras, na vida do homem do século XXI, a busca por informações em meios alternativos à mídia tradicional, bem como a produção de textos informativos que são livremente distribuídos na internet, alimentando essa rede. Por se tratar de um movimento ainda recente, não há um consenso sobre como nomear essa atividade, de modo que nos deparamos, por exemplo, com termos como “jornalismo cidadão, jornalismo cívico, *open source journalism*, jornalismo de fonte aberta, jornalismo participativo, jornalismo 3.0, *web* colaborativa e *web* social” (Targino, 2009:28). De qualquer modo, o que todas essas expressões buscam identificar é “o ato do cidadão, ou grupo de cidadãos, de desempenhar um papel ativo no processo de coletar, reportar, analisar e divulgar notícias e informações” (Bowman e Willis, 2003:9).

Na primeira seção deste capítulo, apontaremos os fertilizantes que tornaram propício o florescimento dessa prática nesse período da história. Em seguida, abordaremos a relação entre a mídia tradicional e a mídia alternativa. Por fim, comentaremos o uso da informação como uma arma nas mãos dos cidadãos comuns, e a discussão sobre distribuição de poder que esse quadro incita.

4.1 Origens

Embora o episódio que narramos no início deste capítulo nos ajude a compreender como o jornalismo cidadão ganhou força a partir do começo do século XXI, é necessário analisar cuidadosamente ainda o contexto em que essa prática surgiu. O berço da produção jornalística amadora é um mundo que vive profundas transformações nos mais diversos setores. No apagar das luzes do século XX, a Modernidade, que se inicia com o advento do Iluminismo e do Capitalismo Industrial, marcada por convicções amparadas no racionalismo e no cientificismo, dá lugar à pós-modernidade.

Nesse novo contexto, a taxonomia cede a vez a um impulso por tirar as coisas das “caixas” em que foram colocadas. De fato, torna-se marca da vida social uma fluidez que leva o sociólogo polonês Zygmunt Bauman (1999) a afirmar que vivemos, atualmente, em um mundo “líquido”. Em um contexto amplo de dissolução de fronteiras entre especialistas e leigos, assim como, em alguma medida, tudo é arte e todos podem ser artistas, parece também que todo cidadão pode se tornar um jornalista. Se caem barreiras mais rígidas, facilmente podem se dissolver as que se impõem entre o universo dos jornalistas e o dos cidadãos comuns, pois como esses profissionais “não estão rodeados por uma mística técnica, dá a impressão de que qualquer pessoa poderia fazer o seu trabalho” (Traquina, 1993:88).

Somam-se a essa quebra de paradigmas um desenvolvimento tecnológico e uma popularização de tecnologias de informação e comunicação que conferem ao cidadão todo o aparato necessário para deixar de ser apenas um observador e assumir também o papel de produtor e distribuidor de conteúdo. Quanto à relação desses avanços com o jornalismo cidadão, Antoun e Malini (2013:112) comentam: “essa nova prática jornalística é diretamente influenciada pelo aparelhamento tecnológico da sociedade que, principalmente, através da Internet, possibilita às pessoas produzirem informações e conteúdos multimídia e os distribuírem, em diversos formatos”. Bowman e Willis (2003:67) seguem o mesmo caminho:

A venerável profissão de jornalista encontra-se num momento raro de sua história, no qual, pela primeira vez, sua hegemonia como gatekeeper de notícias está ameaçada não apenas por novas tecnologias e novos concorrentes mas, potencialmente, pela própria audiência a que serve. Armada com ferramentas da web fáceis de usar, conexões permanentes e equipamentos portáteis cada vez mais eficientes, a audiência online tem os

meios para tornar-se um ativo participante da criação e disseminação de notícias e informações. E está fazendo isso justamente na internet.

É importante salientar ainda que a participação não é apenas um efeito, mas um princípio da cultura digital (Deuze, 2006). Por isso, à medida que o acesso à internet se amplia e, assim, se populariza, tornam-se cada vez mais comuns a produção e o compartilhamento de informações, fotos e vídeos, sobretudo em redes sociais, como o Facebook; em plataformas virtuais, como o YouTube; e em aplicativos de mensagens online, como o WhatsApp. Assim, a geração que já nasce em um berço digital, não entende sua participação como uma possibilidade, senão como um meio essencial de interação na web.

Contudo, de acordo com Varela (2008), não são apenas a criação e a democratização desses mecanismos tecnológicos que fundamentam o jornalismo cidadão, mas um desejo coletivo de participar ativamente da produção de conteúdos. Na realidade, segundo o autor, a ampliação da oferta desses meios de comunicação deve-se a essa demanda e não o contrário. Seguindo essa linha, Antoun e Malini (2013:142) destacam:

Para o ativismo resistir não é mais apenas sofrer a paixão do embate com o poder atual do Estado e seus dispositivos de governo. Resistir tornou-se também inventar os movimentos através dos quais os modos autônomos de viver e governar a própria vida possam ser, ao mesmo tempo, as formas de lutar e se manifestar publicamente.

Com um olhar atento para a história recente, vemos que, após a queda do Muro de Berlim, o ativismo tradicional, orientado por um comando único, é substituído gradativamente por uma nova militância, multifacetada e fluida. A partir desse grande acontecimento histórico, segundo Moretzsohn (2006:75), “criam-se então as condições para o fortalecimento e a proliferação de uma multiplicidade de movimentos sociais refratários às formas tradicionais de organização política legitimadas nos tempos da bipolarização ideológica”. Moretzsohn (ibidem) ainda acrescenta que os sindicatos, partidos e organizações semelhantes passam a ser vistos como rígidos demais para absorverem “a diversidade das demandas que agora transbordam”. Já as redes sociais parecem totalmente aptas a fazê-lo.

A multiplicidade de objetivos que se observam nos *posts* das redes sociais está intimamente relacionada a um olhar mais minucioso para a realidade que cerca o cidadão. Varela (2007:80) afirma que o cidadão que atua como repórter tem como alvo primordial uma mudança no cenário em que vive: “que seu bairro esteja limpo, que a

prefeitura proporcione melhor atendimento, que o professor ensine com mais dedicação ou que a coleta de lixo seja mais organizada e eficiente”.

Segundo Antoun e Malini (2013:112), “essa visão, assim, localiza o ‘jornalismo-cidadão’ como uma narrativa local, dentro daquilo que se denominou como esfera do jornalismo”. Bruno (2008:8) também enfatiza a interpenetração dessas escalas ao afirmar que estamos cercados de “olhos eletrônicos locais com alcance e conexão global”. Esses olhares atentos ao mundo que os cerca tornam os de outras pessoas, em outras partes do globo, também interessados em sua realidade e, em certos casos, conseguem produzir transformações muito significativas no seu entorno a partir do aproveitamento da força das redes.

O repórter Joel Silveira (1918-2007) afirmou, certa vez, que o jornalista não toca na banda, apenas vê a banda passar (Lage, 2014:21). Desse modo, o repórter chama atenção para uma suposta neutralidade necessária ao discurso jornalístico. Bruno (2013:9), porém, afirma que, hoje, “em alguns casos, a estética do flagrante pende mais para o policial e/ou o jornalístico, buscando cenas de suposto interesse público em tom de denúncia”.

Nesse sentido, o jornalismo cidadão é visto não apenas como ato midiático, mas também político. Desse modo, apresenta-se, na literatura, uma discussão pertinente sobre a relação dessa nova atividade jornalística com as esferas de poder. Nesse sentido, debate-se a disputa da mídia alternativa com a mídia tradicional pela atenção e a confiança do público, e se discute o enfretamento de outros poderes, além do que está nas mãos das grandes empresas de comunicação. Nas seções seguintes, abordaremos, respectivamente, essas duas questões.

4.2

O jornalismo cidadão e o jornalismo tradicional

Com o advento da internet, começam a ecoar discursos que brindam a “democracia eletrônica”. O impacto dessa invenção na vida social leva os analistas a falarem em “sociedade em rede” (Castells, 1996), “era da rede” (Kelly, 1994) e até reconfiguração de “nações como redes” (Dertouzos, 1997). A partir dessa nova organização social, surgem novas formas de luta, aparentemente imunes ao Estado. Nos espaços virtuais, ocorrem vazamentos de informações; críticas aos poderes políticos e

econômicos estabelecidos; articulações de movimentos como os estudantis, feministas e ambientalistas; dentre outras vertentes do ciberativismo (Antoun e Malini, 2013:21).

Se atitudes como essas podem parecer muito significativas, vemos, por outro lado, que ocorre, ao mesmo tempo, nas redes sociais, uma série de ações que parecem não ter muito valor, mas que também podem significar muito. Ao escolher simplesmente compartilhar uma informação que já está circulando na internet, por exemplo, o cidadão colabora para que esse fato receba ainda mais destaque. Numa perspectiva mais ampla, esse simples ato de distribuir um conteúdo sem fazer parte do universo da mídia massiva já é visto também por muitos como um enfrentamento do capital, na medida em que tira das mãos das grandes corporações a exclusividade da informação (Gillmor, 2004).

Diante desse cenário, segundo (Moretzsohn, 2006:64), muitos enxergam “um confronto entre ‘nós’ (os cidadãos ansiosos por comunicar livremente) e ‘eles’ (os jornalistas empenhados em preservar discricionariamente seus ‘privilégios’ sobre o poder de informar)”. Sobre essa descentralização, Bowman e Willis (2003:6) afirmam:

A coleta e distribuição de informações, tradicionalmente centralizada, está sendo ampliada (e em alguns casos substituída) pelo que está acontecendo nas pontas das crescentemente ubíquas redes de comunicação. As pessoas estão combinando poderosas ferramentas tecnológicas com idéias inovadoras, alterando fundamentalmente a natureza do jornalismo neste novo século.

Nesse novo cenário, há uma disputa pela primazia das narrativas entre a mídia tradicional e o jornalismo cidadão. Os processos vividos por cada uma dessas forças foram batizados pelos analistas de segurança do Departamento de Defesa dos EUA, respectivamente como “infowar” ou “guerra de informação” e “netwar” ou “guerra em rede”. Diante do bombardeio de informações da mídia massiva, o que cria uma falsa noção de onisciência, e do uso das novas formas de comunicação para disseminar outros pontos de vista sobre os eventos, Antoun e Malini (2013:158), comentam:

Embora esses dois processos sejam muito diferenciados, eles pressupõem a primazia do valor afetivo da comunicação e o mútuo monitoramento dos dois tipos de mídia por seu público em uma disputa ativa pela primazia em algum tipo de narração social e ação coletiva. A narrativa vitoriosa será aquela que obtiver a confiança da opinião pública.

Nesse embate, Antoun e Malini (2013:159) destacam ainda que o potencial das produções amadoras reside, sobretudo, na confiança que o usuário dos novos artefatos tecnológicos tende a ter naquilo que um amigo recomenda. Arquilla e Ronfeldt

(2003:338) também afirmam que “o poder e a influência dependem menos dos atributos pessoais (como recursos, atitude ou comportamento), do que das relações pessoais de cada um, do lugar e o caráter dos laços que se tem em rede e com a rede”. A credibilidade advém também de um entendimento geral de que “reportagens testemunhais surgem em grande parte devido ao desejo das pessoas de compartilhar histórias e publicar a verdade” (Bowman e Willis, 2003:9).

Contudo, a aceitação de uma versão depende também da plausibilidade da história. Assim, para capacitar cidadãos comuns a dotarem suas narrativas de coerência, com riqueza de detalhes, a ONG internacional Witness, por exemplo, criou um manual voltado especificamente para a produção de vídeos que registrem abusos da polícia em protestos. A instituição já disponibilizou um guia também para a filmagem dessas práticas policiais em comunidades do Rio de Janeiro. Iniciativas como essas indicam que, embora a produção de imagens desse tipo já tenha como premissa a busca por evidências materiais de culpa (Cardoso, 2014), muitas vezes, o cidadão precisará desenvolver alguns cuidados ou habilidades essenciais para que sua voz tenha mais chances de ser ouvida. Moretzsohn (2006:67) sublinha que, para se tornar uma referência no meio virtual e influenciar a opinião pública, o indivíduo deve, de fato, mostrar competência e empenho.

Com essa integração na rede e esse desenvolvimento de habilidades como filmar, reportar, comentar e avaliar situações do cotidiano para uma plateia virtual, o jornalista-cidadão e a sua produção podem ser vistos de duas maneiras pela mídia tradicional. Por um lado, pode-se enxergar a vasta produção feita e distribuída na internet pela população como uma ameaça. Nesse sentido, o cenário, para os jornalistas, seria de crise porque “sua força em constituir uma ‘opinião pública’ estaria a diminuir graças à diversidade de versões sobre os significados dos fatos” (Antoun e Malini, 2013:113). Por outro lado, é possível considerar também o contexto atual como um momento de oportunidade, uma vez que as informações e as imagens transmitidas pelos cidadãos para a grande mídia são capazes de propiciar uma cobertura mais completa e uma aproximação maior com a audiência. Nesse sentido, o jornalista-cidadão não seria um inimigo, mas um aliado.

Nessa encruzilhada, muitos programas de televisão e rádio, além de jornais impressos e online, tomaram a decisão de se abrir à participação do público para a confecção das notícias. Pessoas comuns enviam material sobre o trânsito, o clima, entre

outras temáticas, a partir da criação de “canais de jornalismo-cidadão” (Antoun e Malini, 2013:113) nas mídias tradicionais. A renomada instituição britânica BBC, por exemplo, passou a incentivar o envio de fotos e vídeos com o slogan: “Notícias podem acontecer em qualquer lugar e a qualquer momento. Queremos que você seja nossos olhos” (BBC, 2006a). No Brasil, também há inúmeros exemplos de iniciativas como essa, entre elas a criação da coluna “Eu Repórter”, de *O Globo Online*, e “Foto Repórter”, do *Estadão*. Desse modo, a ideia de jornalismo como os “olhos e ouvidos da sociedade” se inverte (Moretzsohn, 2006:71).

Segundo Bruno (2013:105), com essa migração das redes sociais para a mídia tradicional, essas imagens ampliam “a sua margem de visibilidade” e diversificam “seus efeitos sociais, políticos, estéticos e subjetivos”. Tal alcance pode ser visto como sinônimo de sucesso, contudo Antoun e Malini (2013) problematizam essa relação, pois o conteúdo produzido pelo usuário da internet se torna, na maioria das vezes, propriedade das empresas sem que haja, em troca, alguma remuneração. De acordo com os autores, é o que acontece, por exemplo, com três portais de jornalismo participativo de grandes corporações: “Yo Periodista”, de *El País*; “I Report”, da CNN; e “Eu Repórter”, de *O Globo Online*. Essas três iniciativas adotam um modelo em que assumem a posse exclusiva daquilo que é enviado e podem usar o material até mesmo na capa sem remunerar o cidadão.

Para os críticos dessa prática, o único benefício de quem aceita o convite de enviar esses materiais, em geral, seria o status de “repórter”, ainda que esta seja uma nomeação controversa, devido à ausência de formação especializada na área. Seguindo essa linha, Moretzsohn (2006:73) afirma que talvez “essa ‘revolução na história da imprensa mundial’ seja mais propriamente um bom slogan para uma iniciativa empresarial como tantas outras, que apenas tira proveito da agilidade proporcionada pelas novas tecnologias”.

Além desse debate sobre as relações de poder entre os cidadãos comuns e as grandes corporações que controlam a mídia tradicional, merece destaque a discussão crescente sobre o quanto a prática do jornalismo cidadão pode favorecer uma redução da assimetria em outras relações, como a do cidadão com a polícia. Dessa questão, trata a seção a seguir.

4.3 A arma do cidadão

Na discussão sobre o quanto o jornalismo cidadão pode favorecer o empoderamento de pessoas comuns, Gillmor (2005) se destaca entre os autores que apresentam uma abordagem otimista. Nos termos do autor: “O crescimento do jornalismo participativo nos ajudará a ouvir. A possibilidade de qualquer pessoa fazer notícia dará nova voz às pessoas que se sentiam sem poder de fala” (p.111). Ao abordarem o ciberativismo e a mobilização nas redes sociais, Antoun e Malini (2013:137) seguem o mesmo caminho:

O surgimento desta nova mídia – gerada pelo entrelaçamento das teias da Internet com o interativismo do ciberespaço, como resultado do casamento da política de ação direta do novo ativismo com a potência interativa, descentralizadora e anárquica dos sistemas hipermídia – é a explosão do silencioso movimento de sedimentação das comunidades virtuais ao longo destes anos. Seu estrondo pergunta pelo sentido das silenciosas palavras da programação, que construíram a Internet enquanto meio, pois elas trouxeram a tempestade da anarquia para assombrar o horizonte da organização capitalista no mundo globalizado.

Nessa linha, encontram-se também outros estudiosos como Dyer-Witford (1999), que sugere que o ciberespaço possui as condições ideais para que uma multidão possa vivenciar novas formas de se organizar e lutar em prol dos seus interesses. Negri (2002a) também se alinha a esse entendimento quando afirma que as sociedades de soberania são desfeitas pelo uso das novas tecnologias de informação e comunicação. Nessa perspectiva, observa-se, nas novas configurações sociais, um entrelaçamento explosivo do “ilimitado poder de fogo da multidão com o ilimitado poder de parceria da comunicação” (Antoun e Malini, 2013:133).

Assim, a notícia produzida por cidadãos comuns é vista como uma arma usada nas guerras ligadas à informação, que se intensificam, sobretudo, a partir do fenômeno da globalização (Kopp, 2000). Antoun e Malini (2013:86) comentam sobre esse novo quadro, usando essa metáfora do conflito armado:

A comunidade virtual é uma rede de guerra que usa a contrainformação para lutar contra os Estados global e local, mas seu combate se desenvolve através de sua própria construção como um modo surpreendente de inventar valores e práticas democráticas no seu interior, utilizando-se da comunicação distribuída em rede interativa em vigor na Internet.

Na campanha “Oi Cidadão Flagrantes de Cidadania”, de *A Voz do Cidadão*, que promete até um certificado para aqueles que tiverem seus registros aprovados, está presente também a noção da guerra e a figura do celular como possível arma a favor do bem da população:

Faça do seu celular uma arma a favor da plena cidadania! Fotografe situações de cidadania exemplar como estas que estão aqui embaixo e envie para nós com um relato sobre o flagra e a lição que você acha que pode tirar e passar adiante. Se aprovadas, você terá suas imagens divulgadas aqui nesta página e ainda receberá um certificado de Cidadão Exemplar da Voz do Cidadão.

Porém, para combater aquilo que chamam de “mito da tecnologia redentora”, autores como Moretzsohn (2006) levantam alguns argumentos que relativizam a ideia de que os aparatos tecnológicos colocam o poder nas mãos do povo. Uma das evidências que a autora utiliza para confrontar esse ponto de vista, por exemplo, é a do acesso limitado: nem todos estão conectados à rede e há uma concentração de usuários na América do Norte. Assim, ainda conforme Moretzsohn (2006:63), o poder não se dissipa, apenas “se reorganiza nas mãos dos poderosos de sempre”.

Nesse contexto, em que se afirma que o cidadão comum pode atuar como um jornalista no seu cotidiano, cabe compreender que tipo jornalismo emerge e é negociado no curso da interação registrada no vídeo em análise. É necessário examinar também como são distribuídas as relações de poder que estão envolvidas nessa prática, considerando a fala-em-interação.